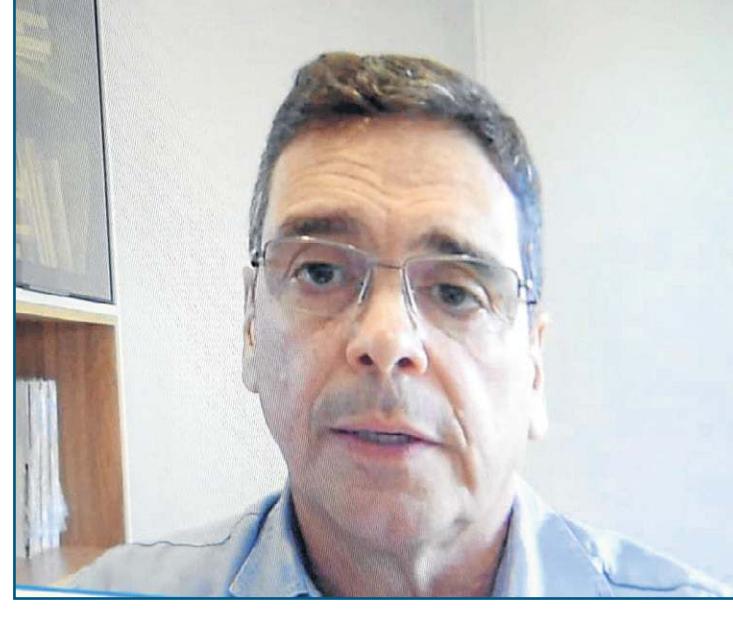


Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A Press



O Congresso passou a invadir competências do Executivo, capturando boa parte do Orçamento para emendas parlamentares. Houve um enfraquecimento do poder do presidente"

Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper



Vivemos recentemente inúmeros desafios à democracia, e, quando há essa turbulência, assistimos também a ataques muito diretos à ciência e às instituições"

Marivaldo Pereira, secretário de Assuntos Legislativos do MJSP



Não é coincidência que, no mesmo mês, avançaram a PEC da Blindagem, pressões sobre a Polícia Federal e tentativas de alterar a diretoria do Banco Central"

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), deputado federal

A ameaça da crise dos Poderes

Especialistas apontam que a instabilidade institucional, com confrontos entre Executivo, Legislativo e Judiciário, bloqueia o crescimento do país, fragiliza a democracia e impede a construção de políticas de longo prazo no Brasil

» RAFAELA GONÇALVES
» PEDRO JOSÉ*

restabelecer o equilíbrio e a capacidade de negociação entre Executivo, Legislativo e Judiciário", destacou.

Mendes fez uma análise histórica das raízes do atual esgotamento do modelo brasileiro, destacando o peso da desigualdade na formulação das políticas públicas. "O Brasil sempre foi um país muito desigual, e essa desigualdade jogou um papel importante na nossa transição."

O pesquisador também descreveu o avanço de tensões institucionais.

"O Congresso passou a invadir competências do Executivo, capturando boa parte do Orçamento para emendas parlamentares", disse. Ao mesmo tempo, "houve um enfraquecimento do poder do presidente, com restrições às medidas provisórias e aumento da derrota de vetos".

O resultado, segundo Mendes, é um país marcado por baixa coesão social e alta polarização. "O tecido social se esgarçou. O Brasil virou um ambiente em que vence quem tem mais força, quem faz mais lobby, quem consegue extrair mais recursos da sociedade", afirmou.

Para ele, ciência, tecnologia

e inovação precisam retornar ao centro da estratégia nacional.

No mesmo painel, o secretário Nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Marivaldo Pereira, ressaltou que propostas recentes no Congresso ampliam riscos à estabilidade democrática. Ele criticou o projeto de dosimetria, que reduz punições para crimes de tentativa de golpe de Estado. O texto foi aprovado na madrugada de ontem, na Câmara dos Deputados.

"Essa proposta prevê redução de um terço a dois terços para crimes como tentativa de golpe de Estado ou abolição do Estado Democrático de Direito, quando praticados em contexto de multidão. Isso não beneficia apenas o passado, sinaliza uma redução futura e coloca em risco a nossa democracia", frisou.

Marivaldo destacou que, em períodos de turbulência institucional, também se intensificam ataques à ciência e à razão. "Vivemos recentemente inúmeros desafios à democracia, e, quando há essa turbulência, assistimos

também a ataques muito diretos à ciência e às instituições."

Ele citou a perseguição a servidores do Ibama, ICMbio e Funai e remoções de delegados da Polícia Federal que combatem crimes ambientais. Apesar das tensões, vê uma recuperação parcial. "Não é plena harmonia, porque a turbulência ainda é presente, mas há um mínimo de diálogo que permite que a democracia seja mantida", afirmou.

O secretário ressaltou a retomada de órgãos ambientais e alertou para a presença de organizações criminosas na Amazônia. A situação dos Yanomamis — conforme disse — é um dos símbolos do desmonte das proteções. "Exigiu ampla mobilização do governo federal para restabelecer o domínio daquela terra e retirar garimpeiros ilegais e o crime organizado."

Ele apontou, ainda, que leis ambientais mais rígidas enviadas pelo Executivo não avançaram. "É muito difícil encontrar alguém cumprindo pena hoje por crime ambiental. As penas são baixíssimas", criticou. Para Marivaldo, a defesa da democracia é essencial. "A vantagem da

democracia é que todos podem falar. No passado recente, quem defendia o meio ambiente, os povos indígenas ou a igualdade racial não podia falar."

FRAGILIDADE

Já o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou que a fragilidade institucional atinge o próprio Legislativo. "A gente entra no plenário sem saber o que vai votar. Pautas complexas, questões tributárias, processo penal — um conjunto de matérias sobre as quais não temos como nos debruçar com profundidade e debater", argumentou.

O parlamentar alertou para a infiltração de grupos criminosos na política. "É muito difícil coletar assinaturas para a CPI do Banco Master. A cada dia, surgem novas revelações de uma teia de relacionamentos que permitiu ao banco chegar aonde chegou", disse.

Rollemberg relacionou esse cenário às recentes pressões sobre instituições de controle: "Não é coincidência que, no mesmo mês, avançaram a PEC da Blindagem,

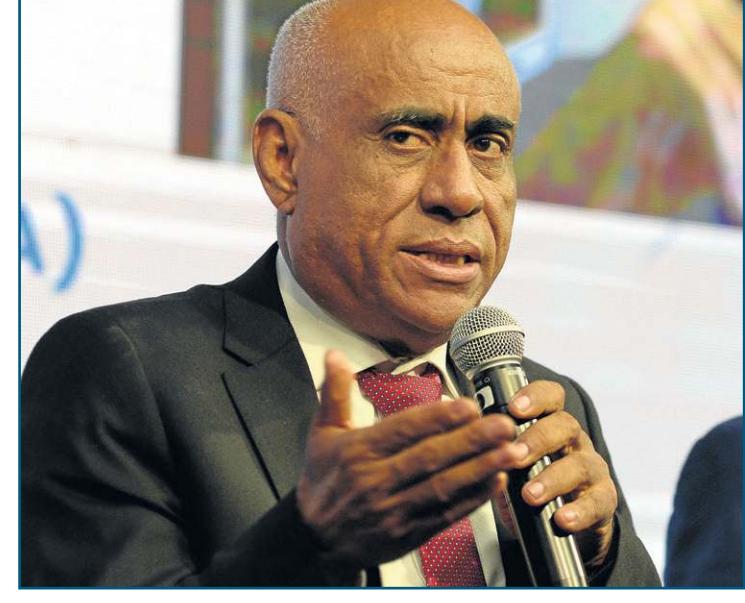
pressões sobre a Polícia Federal e tentativas de alterar a diretoria do Banco Central", listou.

Na agenda ambiental, o deputado pregou uma estratégia de longo prazo e criticou tentativas de flexibilizar o licenciamento. "É preciso agilizar e modernizar o Ibama, até porque os grandes prejudicados, a médio e longo prazos, serão os próprios agricultores. A ciência já demonstrou que o regime de chuvas do Centro-Oeste e do Pantanal depende da floresta amazônica e dos rios voadores."

O deputado defendeu o uso da exploração da Margem Equatorial para financiar a transição energética. "O planeta é um só. Se deixarmos de vender petróleo, outros venderão. Vamos aproveitar essa riqueza para trazer benefícios para a floresta amazônica," justificou.

Ele propôs direcionar 20% dos royalties da Margem Equatorial para o Fundo Amazônia, o Fundo Clima e o Fundo de Desenvolvimento Industrial, como forma de acelerar a descarbonização. "É buscar recursos para avançar na transição e trazer benefícios à população", afirmou.

União de saberes: do laboratório à floresta



Se a gente quiser avançar, inclusive no desenvolvimento e na justiça social, temos que aprender muito com os povos tradicionais"

Gilmar Pereira, reitor da UFPA



Os efeitos das mudanças climáticas alteraram todos os pilares da ciência, da inovação e das relações entre as nações"

Zé Silva (Solidariedade-MG), deputado federal

O futuro brasileiro dependerá da capacidade de articular ciência, inovação, saberes tradicionais e instituições democráticas sólidas. Em meio à pressão climática, à desigualdade persistente e à disputa global por recursos, especialistas afirmam que somente políticas públicas ancoradas em conhecimento, ética e diversidade cultural poderão sustentar desenvolvimento, inclusão e preservação no longo prazo.

Ao discutir os caminhos para um modelo de desenvolvimento capaz de responder aos desafios ambientais e sociais, o reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Gilmar Pereira, ressaltou que não há futuro sustentável sem a valorização de quem historicamente protege os territórios. "Se a gente quiser avançar, inclusive no desenvolvimento e na justiça social, temos que aprender muito com os povos tradicionais", afirmou.

Ele alertou para o avanço do ceticismo e do negacionismo, destacando que, em um ambiente em que "há coisas sobre as quais eu não consigo convencer as pessoas", a ciência assume papel ainda mais decisivo na mediação pública e na construção de consensos mínimos.

Na avaliação de Pereira, universidades mais inclusivas — hoje com "pelo menos 50%" de estudantes pretos, pardos, indígenas e oriundos da escola pública — ampliam a responsabilidade das instituições na formulação de modelos

que integrem rigor acadêmico, tecnologia, ética e sabedoria ancestral.

"Nós, acadêmicos, precisamos aprender com os ribeirinhos", disse, defendendo a "horizontalização dos saberes" como caminho para romper com práticas predatórias e

orientar políticas que respeitem limites ambientais e humanos.

O deputado federal Zé Silva (Solidariedade-MG) reforçou que os impactos das mudanças climáticas já transformam padrões de produção, expectativas sociais e relações

comerciais entre países. "Os efeitos das mudanças climáticas alteraram todos os pilares da ciência, da inovação e das relações entre as nações", afirmou.

O parlamentar destacou que o consumidor contemporâneo exige responsabilidade socioambiental e que a tecnologia deve servir para proteger trabalhadores e promover cidadania.

Ao relembrar sua atuação como presidente da comissão que investigou a tragédia de Brumadinho, Zé Silva afirmou que crises ambientais

acceleraram a discussão sobre boas práticas. "A natureza reage de forma mais forte e inesperada quando é enfrentada", contou.

ECONOMIA VERDE

O deputado afirmou, ainda, que o futuro da economia tende a ser "verde e digital" e citou projetos em tramitação relacionados à taxonomia sustentável, à rastreabilidade do ouro e à política nacional de minerais críticos e estratégicos. Segundo disse, esses instrumentos são fundamentais para assegurar competitividade e permitir uma transição energética capaz de gerar inclusão e apoiar políticas de enfrentamento à fome.

Zé Silva apontou que decisões internacionais também interferem no Brasil. Citou a política dos Estados Unidos para minerais críticos e estratégicos e afirmou que disputas comerciais têm alterado a organização global do setor. "Hoje, os Estados Unidos, vendo a fragilidade que construíram internamente pela busca dos minerais críticos, estratégicos e terras raras, lideram uma desorganização das relações comerciais no mundo."

Para Zé Silva, o Estado precisa assumir um papel ativo. "Não é o Estado gigantesco, nem o Estado mínimo e ausente. É um Estado que precisa provocar o desenvolvimento", enfatizou. (RG e PJ*)

* Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa